



Viver Direito - TJDFT

COGESA – COORDENAÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

NOTÍCIAS PUBLICADAS PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

2013

- 30.04.2013 - Justiça Comunitária encerra segunda etapa da capacitação de catadores
- 29.04.2013 - Programa Justiça Comunitária reúne universidades para tratar sobre capacitação de catadores
- 19.04.2013 - Estudo transforma catadora de latinhas em servidora do TJDFT
- 24.03.2013 - Programa Justiça Comunitária encerra primeira etapa da capacitação de catadores
- 14.04.2013 - TJDFT realiza treinamento para receber pessoas com deficiência
- 11.04.2013 - Justiça Comunitária inicia segunda etapa do projeto de capacitação dos catadores de materiais recicláveis
- 08.04.2013 - Pesquisa socioambiental do TJDFT pode ser respondida até esta sexta
- 24.03.2013 - Tudo azul no Tribunal de Justiça do DF
- 21.03.2013 - TJDFT comemora Dia Internacional da Água com ações de conscientização nos fóruns
- 19.03.2013 - TJDFT assina parceria para inclusão cidadã dos catadores
- 05.03.2013 – Salas do bloco A do Fórum de Brasília recebem purificadores de água
- 22.01.2013 - Consumo de papel: pense antes de imprimir!
- 09.01.2013 - Empresa inicia trabalhos para aprimorar Gestão Socioambiental no TJDFT

30.04.2013 - **Justiça Comunitária encerra segunda etapa da capacitação de catadores**

No último sábado, 27/4, o Programa Justiça Comunitária encerrou a segunda etapa do Projeto Fênix. Os objetivos do projeto são: contribuir para que os catadores tenham acesso aos direitos humanos, sociais e igualdade de oportunidades; estimular a comunidade de catadores a experimentar formas alternativas de resolução de conflitos e a construir a paz social; e fomentar a criação de campos de pesquisa nas áreas social, ambiental, de empreendedorismo, de acesso à Justiça, educação e saúde.

Foram três sábados com a presença de mais de 30 catadores filiados a cooperativas das cidades de Santa Maria, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Candangolândia. Anteriormente, o projeto já havia desenvolvido a mesma atividade com os catadores das cidades Estrutural, Brasília, Planaltina e Sobradinho.

No último sábado, os catadores fizeram uma exposição com as peças que produzem a partir do material catado e reciclado: bolsas, colares e pulseiras, quadros, blocos de anotações, porta objetos, e outros mais. Ao final do evento, o catador Adairton Teixeira da Paz Costa agradeceu a iniciativa e disse ter se surpreendido com tudo o que viu e aprendeu nos três sábados. "Não sabia que tínhamos tantos direitos e nem sabia como procurar. Agora também percebo o quanto podemos fazer se nos unirmos".

A partir de agora, a Universidade de Brasília, a Universidade Católica de Brasília e o IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília darão continuidade à capacitação dos catadores.

O projeto Fênix é resultado do Termo de Cooperação firmado entre o TJDFT, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/GDF, a Central das Cooperativas de Catadores de Resíduos do DF - CENTCOOP, e as instituições de ensino superior IESB e UnB.

Fonte: ACS

29.04.2013 - **Programa Justiça Comunitária reúne universidades para tratar sobre capacitação de catadores**

Na quinta-feira, 25/4, 17 professores e alunos da Universidade de Brasília - UnB, da Universidade Católica de Brasília e do Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB participaram do curso promovido pelo Programa Justiça Comunitária do TJDFT sobre as premissas e formas de atuação do programa e do Projeto Fênix, voltado à capacitação cidadã dos catadores de resíduos sólidos.

Os representantes das instituições de ensino darão continuidade à capacitação dos catadores em três frentes: conhecimento dos direitos sociais; mediação de conflitos voltada à cultura de pacificação social; e animação de redes sociais para ampliar o acesso às políticas públicas e às entidades de apoio.

O projeto Fênix é resultado do Termo de Cooperação firmado entre o TJDFT, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/GDF, a Central das Cooperativas de Catadores de Resíduos do DF - CENTCOOP, e as instituições de ensino superior IESB e UnB. O projeto tem por objetivos: contribuir para que os catadores tenham acesso aos direitos humanos, sociais e igualdade de oportunidades; estimular a comunidade de catadores a experimentar formas alternativas de resolução de conflitos e a construir a paz social; e fomentar a criação de campos de pesquisa nas áreas social, ambiental, de empreendedorismo, de acesso à Justiça, educação e saúde.

Após a apresentação do Programa Justiça Comunitária, os presentes debateram os formatos dos planos de ação que serão desenvolvidos e aplicados até o final de 2013 para apoiar os catadores que já concluíram o curso realizado em março na Estrutural e aos que concluem o curso neste sábado, 27/4, na Ceilândia. No total, 34 catadores de resíduos receberão o certificado e agora irão atuar nas suas comunidades como Agentes Comunitários, multiplicando o conhecimento adquirido.

Fonte:ACS

19.04.2013 - **Estudo transforma catadora de latinhas em servidora do TJDFT**

Daqui a três semanas, a servidora Marilene Lopes, lotada na Contadoria-Partidoria da Circunscrição Judiciária de Brasília, completa doze anos de trabalho no TJDFT. A data, 9 de maio de 2001, é guardada num reduto aveludado de sua memória e evoca também o nascimento do filho caçula que ela precisou deixar no berçário da maternidade e sair para tomar posse, apenas três dias após um parto difícil. O que poderia ser um sacrifício para outros, foi um momento de extrema felicidade para Marilene - ela e os filhos não mais passariam fome.

Os cinco filhos de Marilene - Brenda, 20, Zaime, 18, Samuel, 17, Daniel, 15, e Israel, 11 - foram a motivação que a impulsionaram a lutar contra as incontáveis adversidades que encontrou pelo caminho e a fé, seu sustentáculo. "Sou muito mãezona", ela diz gesticulando

um abraço no ar. "Procuro criar laços entre meus filhos, para que se respeitem e se ajudem mutuamente e cobro muito deles que estudem", enfatiza, ao mesmo tempo que relata orgulhosa o desempenho escolar da prole, encabeçada pela filha que estuda Direito no IESB. "Uso meu próprio exemplo para incentivar meus filhos a estudar", salienta. E o estudo foi a ponte que tirou Marilene das ruas onde coletava latinhas que vendia para comprar mantimentos para as crianças.

Aos 16 anos, a hoje Técnica Judiciária assumiu as responsabilidades de mulher casada. Dois anos depois, veio a primeira filha. Isso não a impediu de terminar o ensino médio e conquistar habilitação em Técnico de Enfermagem e Técnico em Administração. Chegou até a trabalhar no Programa Saúde em Casa, apesar dos conselhos que recebeu para não se inscrever em busca de vaga, já que tinha dificuldades na fala ocasionadas por lábio leporino. Extinto o programa, Marilene perdeu o emprego. Trabalhou como doméstica por algum tempo mas, com a chegada de mais filhos, as portas foram-se fechando até que não conseguiu mais trabalho. A saída foi procurar as latinhas e vendê-las. "Naquele momento, poucas pessoas sabiam que elas tinham valor e não era tão difícil encontrá-las", explica.

Enquanto catava latinhas e cozinhava com gravetos, já que o dinheiro não dava para comprar gás, Marilene estudava para concurso. Os vizinhos da invasão onde morava a taxavam de "doida" quando ela dizia que queria ser servidora pública, mas Marilene espelhava-se no pai, morto aos 29 anos de infarto fulminante, que chegara a ser bancário. Quando saiu o edital do concurso do TJDFT de 2000, ela precisou bater de porta em porta e apelar para a solidariedade das pessoas para lhe ajudarem a pagar a inscrição. Deu certo. Dez minutos antes do fechamento da agência bancária, no último dia do pagamento, ela estava com a exata quantia que precisava.

Logo depois de inscrita, veio o aviso de um hospital público de que uma cirurgia que pleiteava para corrigir o lábio leporino estava agendada. Refletindo sobre os acontecimentos, Marilene reconhece nesse chamado sua grande oportunidade. Submeteu-se à cirurgia e foi para a casa da mãe reabilitar-se. Ali, ela dispunha de alimento, um grupo de pessoas que estudavam para o concurso e até de uma apostila. Mesmo sentindo dores, Marilene estudava das 8h da manhã às 11h da noite com os colegas. Depois que todos iam dormir, ela continuava sozinha com os cadernos até as 2h da manhã, apesar dos protestos da mãe que, embora incentivando-a, achava aquele ritmo exagerado. "Fiz a prova e aproveitei até o último minuto para responder as questões - fui a última a sair da sala", lembra.

A entrada no TJDFT foi a mudança definitiva em sua qualidade de vida, mas foi também a realização de um outro sonho. Marilene conta que era "apaixonada por processos" e que um dia chegou a pedir a Deus para ter a oportunidade de trabalhar com eles. Aos 39 anos de idade, ela já atuou por mais de dez anos na 12ª Vara Cível e está na Contadoria há mais de um ano. Depois que entrou para o quadro do Tribunal, Marilene passou a ajudar os irmãos que, um a um, foram passando em concursos e apoiando-se mutuamente. Hoje, todos estão empregados. "Se eu não tivesse estudado, seria mais uma estatística do governo", conclui.

Fonte:ACS

24.03.2013 - Programa Justiça Comunitária encerra primeira etapa da capacitação de catadores

Nos últimos três sábados, 9,16 e 23/3, os catadores de materiais recicláveis das regiões da Estrutural, Brasília, Planaltina e Sobradinho refletiram sobre os princípios do Programa Justiça Comunitária, que são: a mediação de seus próprios conflitos, educação para os direitos e a animação de redes sociais. A atividade é parte do Projeto Fênix, que visa a inclusão cidadã dos catadores de resíduos, por meio do conhecimento e exercício pleno de seus direitos. A atividade ocorreu na sede do Centro de Orientação Sócio-Educativa - COSE, na Vila Estrutural.

O projeto visa fortalecer o protagonismo dos catadores na busca de soluções para seus próprios problemas, a partir do conhecimento de seus direitos sociais, como trabalhadores, além dos previdenciários e civis. O projeto busca ainda a reflexão sobre as possibilidades de resolver os próprios conflitos sem o uso da violência, privilegiando o diálogo, a mediação.

A capacitação dos catadores tornou-se possível com a parceria realizada entre o [Programa Justiça Comunitária](#) e a [Coordenadoria de Gestão Social Ambiental](#) - COGESA do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST do Governo do Distrito Federal - GDF, o Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB e a Central de Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis - CENTCOOP, por meio de assinatura de um Termo de Cooperação, que ocorreu na última terça-feira (19/3). Em breve, a Universidade de Brasília também irá participar da parceria.

Nos dias 13, 20 e 27 de abril, a ação se repetirá com os catadores da Região Sul do DF: Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas, Brazlândia e Riacho Fundo.

Saiba mais

Os resíduos encaminhados aos lixões não envolvem apenas questões de natureza ambiental e sanitária, mas também questões de natureza social pelo envolvimento de pessoas vulneráveis e excluídas que encontram no lixão o seu principal meio de sobrevivência.

A estimativa é que no Distrito Federal existam cerca de 1500 pessoas realizando o trabalho de catação de, aproximadamente, 500 toneladas diárias, somente no lixão da Estrutural. Apesar de já terem o reconhecimento de sua atividade como categoria profissional no Código Brasileiro de Ocupações, muitos catadores continuam trabalhando na informalidade e não dispõem de condições adequadas para a realização de seu trabalho.

A maioria dos catadores são mulheres jovens, em idade reprodutiva, chefes de família, com uma média de quatro filhos, os quais muitos estão fora da escola e também trabalham nos lixões. Além disso, a baixa escolaridade, a falta de alimentação habitação e saneamento básico, a ausência e fragilidade das políticas públicas e o não acesso, por falta de conhecimento, à rede de serviços sociais demonstram a baixa qualidade de vida desses trabalhadores.

Ciente desse contexto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios implementou ações de Responsabilidade Socioambiental, com estímulo à reflexão, conscientização e adoção de objetivos e ações concretas, dentre elas o Programa de Coleta Seletiva Solidária; e a celebração de um convênio com a Central das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável de Brasília, destinando resíduos sólidos já separados a 17 cooperativas associadas.

14.04.2013 - TJDFT realiza treinamento para receber pessoas com deficiência

O Núcleo de Inclusão - NIC e o Serviço de Recepção da Subsecretaria de Segurança - SERECE/SUSEG do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios encerraram, na manhã desta terça-feira, 16/4, um curso para capacitar recepcionistas e ascensoristas da Casa para o atendimento aos cidadãos com deficiência.

Em quatro encontros de duas horas, os 38 participantes de diversos Fóruns do Distrito Federal foram capacitados para receber as pessoas com deficiência de forma humanizada e inclusiva.

O curso abordou noções de inclusão e diversidade, atendimento ao público, noções básicas da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, preconceito e atitude. Três servidores voluntários do próprio Tribunal atuaram como facilitadores. Ao lado do monitor do curso de LIBRAS, Gabriel Dantas, o curso foi ministrado por uma servidora com deficiência motora, Maria Luciana Albuquerque, e outra com deficiência auditiva, Alessandra Shimabukuro.

Para uma das participantes do curso, Ana Karla, que trabalha na portaria do Bloco A do Fórum de Brasília, o que aprendeu nesses dias foi de grande valia. "O curso foi muito bom e ficou um gostinho de 'quero mais', mas aprendemos o essencial para acolher a pessoa com deficiência com dignidade", ressaltou.

O Núcleo de Inclusão é uma iniciativa pioneira do TJDFT. Com sua criação em 2009, subordinado à Presidência da Casa, o Tribunal tornou-se o primeiro a contar com uma estrutura específica para promover a inclusão social das pessoas com deficiência, antecipando-se à Recomendação nº 27 do Conselho Nacional de Justiça, que prescrevia a adoção de "medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência".

11.04.2013 - Justiça Comunitária inicia segunda etapa do projeto de capacitação dos catadores de materiais recicláveis

No próximo sábado (13/4), terá início a segunda etapa do Projeto Fênix, que tem por objetivo capacitar os catadores de materiais recicláveis no exercício de seus direitos, no uso das redes sociais que podem lhe prestar assistência, e na forma de resolver os conflitos que surjam em seu ambiente de trabalho e na sua comunidade, por meio da mediação.

Nesta segunda etapa, serão capacitados os catadores de material reciclável de Santa Maria, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Candangolândia, Estrutural e Planaltina. Essas duas últimas já foram contempladas na primeira etapa do projeto, mas diante do sucesso do evento, mais catadores pediram para participar das atividades nessa segunda etapa. O início das atividades ocorrerá às 9h, no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), campus da Ceilândia.

O Projeto Fênix é fruto de uma parceria realizada entre o Programa Justiça Comunitária e a Coordenação de Gestão Socioambiental do TJDFT, com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) do Governo do Distrito Federal (GDF), o Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), a Universidade de Brasília, e a Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis (CENTCOOP).

Na primeira etapa do projeto, realizada em março deste ano, foram capacitados os catadores Regiões da Estrutural, Brasília, Planaltina e Sobradinho.

Projeto Fênix – Justiça Comunitária

O projeto visa fortalecer o protagonismo dos catadores na busca de soluções para seus próprios problemas, a partir do conhecimento de seus direitos sociais, como trabalhadores, além dos direitos previdenciários e civis. O projeto ainda busca a reflexão sobre as possibilidades de resolver os próprios conflitos sem o uso da violência, privilegiando o diálogo, na mediação.

Após essa fase, equipes multidisciplinares da faculdade IESB e da Universidade de Brasília, parceiras do projeto, atuarão dentro das cooperativas dos catadores capacitados, na construção coletiva das soluções para os problemas de cidadania, a partir da realidade de cada um. O projeto prevê a apresentação de estudos aos parceiros, como base para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão social dos catadores.

Os alunos terão acesso a informações sobre seus direitos como trabalhadores, bem como sobre benefícios sociais e previdenciários. Em animação de redes, discutirão como realizar ações em parceria com a rede de serviços existentes no DF e serão estimulados a unirem-se na busca de soluções para seus problemas. Por fim, em mediação comunitária, refletirão sobre possibilidades de resolver seus conflitos sem o uso da violência, privilegiando o fortalecimento do diálogo.

Fonte:ACS

08.04.2013 - Pesquisa socioambiental do TJDFT pode ser respondida até esta sexta

Encerra nesta sexta-feira, 5/4, o prazo para responder à pesquisa de opinião "Como anda o seu 'meio' ambiente de trabalho?". O questionário, voltado a magistrados e servidores, reúne perguntas relacionadas à responsabilidade socioambiental do TJDFT. O objetivo da ação é conhecer a percepção dos funcionários do Tribunal e, assim, ampliar a análise do impacto socioambiental do TJ. Para responder a pesquisa, clique aqui.

A enquete integra o Diagnóstico Socioambiental contratado pelo TJDFT em atendimento ao exigido pela Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. A agenda contempla cinco eixos temáticos: uso racional de recursos naturais, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis, e sensibilização e conscientização. A partir da pesquisa e do diagnóstico, serão implantadas ações mais focadas ao incremento da responsabilidade socioambiental do Tribunal.

A adesão à A3P é tema do projeto institucional PRA3P do PLABI 2012-2014, sob a supervisão da Coordenação de Gestão Socioambiental – COGESA. Em outubro de 2012, o Tribunal aderiu à A3P, seguindo a indicação do Tribunal de Contas da União. A agenda também compõe o Projeto Esplanada Sustentável, da Secretaria de Orçamento Federal, ao qual o Tribunal aderiu no final de 2012, visando à gestão racional do gasto público com recursos naturais.

Participe e colabore para a melhoria do nosso ambiente de trabalho!

TJDFT: Nossa ação é Viver Direito!

Faça sua parte.

Fonte:ACS

24.03.2013 - Tudo azul no Tribunal de Justiça do DF

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios está com sua fachada toda azul. A iluminação especial faz parte de um movimento global em comemoração ao Dia Mundial da Água e ao Ano de 2013, que foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Ano Internacional de Cooperação pela Água.

A mobilização internacional, que já dura quase sete anos, procura mostrar a união mundial em torno da questão ambiental, chamar a atenção e despertar a consciência para o tema.

Em Brasília a Esplanada dos Ministérios e outros órgãos, públicos e privados, aderiram ao movimento idealizado pela organização não governamental WWF, com apoio da Unesco. A mobilização conta com o apoio da Agência Nacional de Águas – ANA, do Governo do Distrito Federal, da WWF Brasil e do programa Água Brasil do Banco do Brasil.

O TJDFT, que desenvolve há cinco anos ações socioambientais por meio do **Programa [Viver Direito](#)**, além da iluminação ao prédio, trouxe para os fóruns de Brasília, Ceilândia e Samambaia a exposição móvel de educação ambiental sobre este recurso natural, vital para as nossas vidas.

Desde sexta-feira (22/3), o ADASA Móvel - veículo adaptado para a exposição e apresentações - transmite aos servidores do Fórum de Brasília e aos cidadãos que transitam nos prédios informações ambientais sobre os principais problemas decorrentes do mau uso da água, como escassez, formas de desperdício, poluição e captação irregular.

A equipe da ADASA também vai estar no Fórum de Ceilândia, no dia 25, e no Fórum de Samambaia, no dia 26. A parceria do programa com a ADASA reforça a responsabilidade socioambiental do TJDFT e visa ampliar a sensibilização e conscientização sobre o melhor uso da água, a todos que circulam diariamente pelos prédios da Justiça do DF.

21.03.2013 - TJDFT comemora Dia Internacional da Água com ações de conscientização nos fóruns

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Água, 22/3, o Programa Viver Direito de Responsabilidade Socioambiental do TJDFT traz aos fóruns do Tribunal a exposição móvel de educação ambiental sobre este recurso natural, vital para as nossas vidas.

O ADASA Móvel - veículo adaptado para a exposição e apresentações - estará nos fóruns de Brasília, Ceilândia e Samambaia com o objetivo de transmitir aos servidores e aos cidadãos que transitam nos prédios informações ambientais sobre os principais problemas decorrentes do mau uso da água, como escassez, formas de desperdício, poluição e captação irregular. A equipe da ADASA irá distribuir folders educativos e cartilhas sobre preservação da água.

A parceria do Programa Viver Direito com a ADASA reforça a responsabilidade socioambiental do TJDFT, e visa ampliar a sensibilização e conscientização sobre o melhor uso da água, para os cerca de 3 mil cidadãos que circulam diariamente pelos prédios da Justiça do DF.

Confira a programação:

Dia 22 – Fórum de Brasília

Dia 25 – Fórum de Ceilândia

Dia 26 – Fórum de Samambaia

19.03.2013 - TJDFT assina parceria para inclusão cidadã dos catadores

Agentes ambientais. Esta foi a designação de saudação do Juiz Donizeti Aparecido aos cerca de 400 catadores de resíduos, presentes no evento "Largada de Inclusão Socioeconômica dos Catadores do Distrito Federal", realizado nesta terça-feira, no Museu da República. O juiz representou o Presidente do TJDFT Desembargador João Mariosi no evento que marcou a assinatura de diversos convênios em benefício dos catadores, entre eles o do Projeto Fênix – subprojeto do Programa Justiça Comunitária. A Juíza Gláucia Falsarella, coordenadora do projeto, também discursou no evento, quando ressaltou os direitos sociais desta categoria de trabalhadores e cidadãos. "Agradeço por estar aqui, porque hoje aprendi que se unir é reciclar", falou a juíza.

O Projeto Fênix visa à inclusão cidadã dos catadores de resíduos, por meio do pleno exercício de seus direitos. A iniciativa é fruto da parceria entre o TJDFT - por meio do Programa Justiça Comunitária e da Coordenação de Gestão Socioambiental(COGESA) -, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF - SEDEST, a Central das Cooperativas dos Catadores de Resíduos do DF, e o Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB e, em breve, da Universidade de Brasília - UNB.

O evento de hoje foi uma iniciativa da SEDEST-DF e representou um marco na conquista dos benefícios em prol dos catadores de resíduos. As ações incluem a cessão de terrenos e o repasse de verba do BNDES para a construção de galpões de reciclagem, a entrega de 8 caminhões de coleta, autorização do pagamento dos serviços públicos ambientais prestados pelos catadores, parceria com a CEASA por meio do Banco de Alimentos junto às entidades de catadores de material reciclável, e a entrega dos certificados de conclusão da capacitação de 400 catadores, no programa "Cataforte", realizado pela Universidade de Brasília.

Projeto Fênix – Justiça Comunitária

O projeto visa fortalecer o protagonismo dos catadores na busca de soluções para seus próprios problemas, a partir do conhecimento de seus direitos sociais, como trabalhadores, além dos previdenciários e civis. O projeto ainda busca a reflexão sobre as possibilidades de resolver os próprios conflitos sem o uso da violência, privilegiando o diálogo, na mediação.

A capacitação já vem sendo desenvolvida com os catadores das Regiões da Estrutural, Brasília, Planaltina e Sobradinho, no Centro de Orientação Sócio-Educativa – COSE, na Vila

Estrutural, e terá o seu encerramento no próximo sábado, 23/3. Nos dias 13, 20 e 27 de abril, a ação se repetirá com os catadores da Região Sul do DF: Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas, Brazlândia e Riacho Fundo.

Após essa fase, equipes multidisciplinares da faculdade IESB e da Universidade de Brasília, parceiras do projeto, atuarão dentro das cooperativas dos catadores capacitados, na construção coletiva das soluções para os problemas de cidadania, a partir da realidade de cada um. O projeto prevê a apresentação de estudos aos parceiros, como base para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão social dos catadores.

05.03.2013 – Salas do bloco A do Fórum de Brasília recebem purificadores de água

Teve início nessa terça-feira, 5/3, a substituição dos bebedouros por purificadores FR600 da Marca IBBL, conforme Pregão Eletrônico nº 092/2012, nas salas do bloco A do Fórum de Brasília que já possuem ponto de água adequado e não demandam modificação das divisórias para realização do serviço. A substituição tem o intuito de evitar altos custos, riscos de contaminação da água pelo manuseio incorreto, rotina de reposição e estocagem e descarte incorreto do galão prejudicando o meio ambiente.

A previsão é que até o final da próxima semana, 16/3, sejam instalados 115 purificadores adquiridos pelo Tribunal. Além das salas do bloco A do Fórum de Brasília, também serão contempladas as guaritas do SAAN e SIA, a sala das seguranças, o almoxarifado no subsolo do bloco B e a residência oficial. A Secretaria de Administração Predial – SEAP, por intermédio da Subsecretaria de Serviços Gerais – SUGER, está acompanhando o trabalho.

A SEAP/SUGER já iniciou o procedimento para adquirir mais purificadores, visando à substituição dos galões de água nas salas não contempladas inicialmente no bloco A, no Palácio, no bloco B e em todos os outros fóruns e edificações do TJDF. A intenção da Secretaria é realizar a troca em todas as unidades do Tribunal onde haja viabilidade de instalação dos purificadores.

A SEAP integra o Grupo Gestor do Programa de Responsabilidade Socioambiental – Viver Direito do TJDF que será responsável pela avaliação e pela operacionalização das ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental do TJDF e pela permanente atualização da Política Socioambiental do órgão, conforme Portaria GPR 1.313, de 8/10/12.

22.01.2013 - Consumo de papel: pense antes de imprimir!

Você já reparou a quantidade de papel que usa para imprimir? Antes de dar o "ok" para impressão, pare e pense se realmente é necessária. Todos devem avaliar a real necessidade de imprimir um documento. Com essa atitude, além de economizar, todos colaboram para a preservação do planeta.

Em dezembro de 2012, o Tribunal aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável, do Governo Federal, sendo o primeiro Órgão do Poder Judiciário a integrá-lo. Além disso, criou um Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável – CIPES com os membros de diversos setores do TJDF.

O Projeto estimula ações para o consumo racional dos recursos naturais tendo em vista a melhoria da qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício.

Por isso, a atenção de todos deve ser redobrada quando o assunto for o consumo de água, papel e energia no seu local de trabalho.

Veja algumas dicas para uma impressão consciente:

- Imprima apenas o que é realmente necessário.
- Dê preferência à leitura na tela do computador ou ao envio por meio eletrônico, caso seja possível.
- Configure o documento antes de imprimir para não cortar o texto ou a planilha.
- Imprima frente e verso.
- Gestores, acompanhem mensalmente a quantidade de impressões realizadas por seus cartórios e setores.
- Reaproveite as folhas utilizadas de um só lado e faça blocos de rascunho. Os papéis podem ser enviados para SUGRA produzir os blocos de rascunho.

Essas ações convergem para os objetivos do Programa de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal - Programa Viver Direito.

09.01.2013 - Empresa inicia trabalhos para aprimorar Gestão Socioambiental no TJDFT

Desde o início da semana, o representante da empresa vencedora da licitação, JP Verithas Consulting, está visitando os prédios e unidades do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para realizar o levantamento das informações e elaborar o diagnóstico socioambiental do TJDFT. O objetivo é colher os dados sobre as ações socioambientais já implantadas na Instituição e propor planos de ação para minimizar os impactos ambientais. Além disso, a ideia é incorporar padrões de eficiência nos gastos institucionais, no uso racional dos recursos naturais e bens públicos e promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho, que fortalecerá as ações do Programa Viver Direito, em funcionamento no Tribunal desde 2009.

Nesta etapa do trabalho, com duração de 30 dias, serão levantados os dados sobre a gestão dos recursos naturais relacionados à sustentabilidade – consumo racional de recursos como água, energia, ar condicionado, papel, copos plásticos e outros insumos administrativos - e os dados sobre os tipos de doenças causadoras de afastamentos dos servidores ao trabalho (índices de absenteísmo), e aspectos ergonômicos para adaptação de servidores deficientes nos postos de trabalho. Esses dois últimos itens se referem ao tema da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P “Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho”.

Para realizar o levantamento dos dados, será necessário que o representante da empresa fotografe as instalações internas e fachadas dos prédios do Tribunal no mês de janeiro, conforme cronograma abaixo:

Dia 8/1 - Fórum Verde e Subsecretaria de veículos e transportes.

Dia 9/1 - Fórum Leal Fagundes, Fórum Núcleo Bandeirantes e Serviço de recebimento de bens.

Dia 10/1 - Palácio da Justiça, Fórum de Brasília Bloco A, Fórum de Brasília Bloco B, Restaurante Bloco B, Fórum Samambaia e Subsecretaria de serviços gráficos.

Dia 14/1 - Palácio da Justiça, Fórum de Brasília Bloco A, Fórum de Brasília Bloco B, Restaurante Bloco B, Fórum Samambaia, Subsecretaria de serviços gráficos e Serviço de guarda de bens patrimoniais.

Dia 15/1 - Fórum Sobradinho e Serviço de manutenção de bens prediais.

A próxima fase do trabalho, prevista para os meses de março e abril, será a entrega de planos de ações, que irão servir como base para a formulação da Política Socioambiental do Tribunal, e para a formulação de diretrizes de atendimento à Agenda A3P e às metas pactuadas com o Ministério do Planejamento no projeto “Esplanada Sustentável”.

O diagnóstico socioambiental é uma das exigências do Ministério do Meio Ambiente para adesão à Agenda A3P, tema de projeto institucional integrante do Plano de Gestão do Biênio 2010-2012. Além disso, o diagnóstico é recomendado pelo Acórdão 1752/2011 do Tribunal de Contas da União e pelo Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária, no seu Programa de Eficiência do Gasto Público. A gestão do diagnóstico ficará a cargo da Coordenação de Gestão Socioambiental do Tribunal – COGESA.

O TJDFT assinou o termo de adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P no início de novembro de 2012 e aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável – PES no início de dezembro de 2012.